

## Apresentação

A tendência da legislação mais moderna tem sido de ampliar a área de atuação do Estado, de modo a permitir que venha a contribuir efetivamente na defesa dos interesses mais diretos da população.

Assim é que, a partir do mês de março de 1991, o Estado estará legitimado para representar, em Juízo, a coletividade no exercício de seus direitos de consumidor, conforme determina o Código do Consumidor recentemente publicado. A Procuradoria Geral está se preparando para exercer este papel, da maior importância na organização da sociedade atual, destacando um setor específico para atuar nos processos desta natureza.

Neste volume encontra-se um dos mais expressivos trabalhos desta Procuradoria, utilizando-se do notável e também recente instrumento que é a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente e onde o Estado age na defesa dos interesses coletivos. Trata-se do caso do navio "Mineral Star", que foi culposamente encalhado na Enseada das Palmas, na Ilha Grande, com grave risco de vir a se partir e poluir aquela região com vazamento de óleo e perda da carga de carvão. A iniciativa do Estado nesse episódio foi decisiva para impedir gravíssimos danos ecológicos numa das áreas mais bonitas do Estado. Graças a sua firme intervenção, através da Procuradoria Geral, o Poder Judiciário, numa demonstração de grande sentido de justiça, determinou que fossem tomadas as providências que resultaram no reparo e desencalhe do navio e posterior transbordo da carga.

A Revista, tornando público trabalhos como esse, quer, além de divulgar conhecimentos, provocar a discussão sobre o papel que o Estado pode vir a exercer, decisivamente, no desenvolvimento de uma sociedade mais voltada para os interesses da coletividade, através de meios fornecidos pelo Direito.

**JOSÉ EDUARDO SANTOS NEVES**  
Procurador-Geral do Estado